

GUARDA-CHUVA

Nuno Santa Clara

Desde o início da chamada Guerra Fria que os europeus se habituaram a depender dos Estados Unidos da América para a sua defesa e segurança.

Decerto era uma situação herdada da II Guerra Mundial, e do cortejo de destruições e miséria daí decorrentes. Mas a longa e trabalhosa recuperação da Europa foi-se fazendo, ainda que dividida em dois blocos, outra pesada herança originada na Conferência de Yalta, com a repartição do Velho Continente em duas zonas de influência.

Decerto a atitude de empenhamento dos EUA na defesa da Europa não se baseava num altruísmo que nem a Woodrow Wilson seria capaz de imaginar. O interesse americano por uma Europa democrática, capitalista e dependente da América foi uma constante do século XX; daí, por exemplo, a prioridade dada por F. D. Roosevelt ao Teatro de Operações europeu, em detrimento do Pacífico (para grande frustração do general Douglas Mac Arthur).

A dependência estratégica dos EUA tinha uma vantagem: evitava despesas com a defesa nalgumas áreas dispendiosas, como as armas nucleares. Apenas o Reino Unido, que já tinha estudos adiantados na matéria, e a França, por iniciativa de Charles de Gaulle, desenvolveram independentemente armas nucleares, mas em número e potência que não dispensavam o “guarda chuva” americano.

De modo que assim fomos vivendo, desenvolvendo armas convencionais q.b., mas com crescente qualidade, a ponto de, no final do século, a indústria europeia de defesa poder competir com a americana.

Primeiro sobressalto: os europeus, em armas convencionais, dispensavam a proteção americana.

A descolonização praticada pelos países da Europa Ocidental (no caso português, com atraso) libertou muitos encargos de defesa até aí orientados para conflitos de baixa intensidade, relançando-os para tecnologias mais avançadas. O contrário sucedeu com os EUA, enredados no Vietname (como mais tarde a URSS no Afeganistão), consumindo enormes recursos sem que tal se refletisse na melhoria dos meios de defesa.

Segundo sobressalto: os europeus tinham mais folga para preparar as guerras futuras.

O clima de desanuviamento que se seguiu às diversas conferências para a redução de armamentos levou a que os europeus passassem os assuntos de Defesa a segunda (?) prioridade. Nem o facto de constituírem o hipotético teatro de operações os desviou dessa tendência.

Por outro lado, a vocação dos EUA para polícia do Mundo não abrandou; pelo contrário, a implosão da URSS deu-lhes o sentimento de serem agora a única superpotência e o árbitro último a nível global.

Em paralelo, a tendência de desinvestir na Defesa acentuou-se nos países europeus; falava-se agora de recolher os dividendos da paz (fenómeno natural após qualquer guerra, fria ou quente). E investir na Defesa não dá votos a ninguém: se a pergunta “manteiga ou canhões” fosse feita numa Democracia, a resposta seria óbvia.

Sequelas do “Fim da História”

Mas a História não acabou, o Mundo tornou-se multipolar e mais instável, e a velha questão, a gestão de recursos, voltou à baila. E, não sendo os recursos infinitos, há que procurar quem nos ajude a suportar tal fardo.

Terceiro sobressalto: os europeus não são parceiros fiáveis.

Na verdade, estes sobressaltos seguiram rigorosamente esta ordem. Falando de experiência pessoal, já nos anos 80 ouvia queixas de oficiais americanos sobre o excelente padrão de vida europeu, comparado com o deles. Por exemplo, as nossas estradas eram boas e pavimentadas, e as deles em terra.

Quaisquer discussões sobre prioridades de investimento público seriam ociosas: a ideia estava feita.

De modo que quando o atual Presidente dos EUA se saiu com uma diatribe sobre a falta de investimento na Defesa por parte dos parceiros europeus da NATO e o não cumprimento dos prometidos 2% do PIB na Defesa, não fiquei minimamente surpreendido; era até um “déjà vu”.

E, se as acusações têm um lado populista, não deixam de ter certa razão; aliás, todos os parceiros disseram “mea culpa”. O que faz lembrar o velho ditado: até um relógio parado está certo duas vezes por dia.

Já que falámos de culpa, absolvição, segundo as regras, pressupõe um propósito de emenda.

E a penitência até pode ter vantagens. Muitas das tecnologias usadas na defesa são comuns à utilização na vida civil.

Assim, helicópteros de transporte podem evacuar doentes ou sinistrados; lanchas de fiscalização, combater o contrabando; viaturas todo-o-terreno, combater incêndios; meios de comunicação, constituir redes alternativas de proteção civil. Talvez saiam alguns interesses prejudicados, mas as vantagens para as instituições e para a indústria nacional são evidentes.

Claro que podemos simplesmente esquecer o assunto, como o próprio Trump já esqueceu, mergulhado noutras guerras.

Mas – que diabo! - fomos nós que acordámos nos 2%; temos por norma honrar os nossos compromissos; e temos de diminuir a nossa dependência, quer de decisões externas, quer de meandros administrativos que paralisam os meios operacionais.

Só custa ter de dar razão a quem poderia ser classificado como “Homem de Ação e Pensamento (precisamente por esta ordem) ”, se lhe conhecêssemos o pensamento, coisa que até agora ninguém conseguiu.

Nuno Santa Clara – Agosto de 2018